

A arte dos Lázaros: cinema, teatro, rádio e folia na Colônia Santa

Teresa (Santa Catarina, 1940-1950).

Rafael Araldi Vaz*

Resumo: Esta comunicação pretende analisar as produções culturais desenvolvidas no Hospital/Colônia Santa Teresa durante os anos de 1940 a 1950. Esta instituição, existente ainda hoje no Estado de Santa Catarina, fora criada para abrigar pacientes acometidos por hanseníase, que para lá foram encaminhados durante a década de 1940 de forma compulsória. Esse tipo de medida fora preconizada durante o período Vargas como forma de salvaguardar a ‘raça sadia’, e portanto visava o isolamento dos comunicantes da doença. Por optarem pelo confinamento como forma de profilaxia, foram criados mecanismos, tais como rádio, teatro, cinema, blocos carnavalescos, e outras produções culturais, visando a permanência do interno no interior da Colônia. É sobre estas ‘estratégias disciplinares’ e as ‘táticas’ produzidas pelos internos para burlá-las, que este trabalho se propõe a tratar.

Palavras-chave: doença – produções culturais – políticas sociais.

Abstract: This communication intends to analyze the cultural productions developed in the Hospital/Colony Santa Teresa during the years of 1940 to 1950. This institution, existing still today in the State of Santa Catarina, is bred to shelter patient with ‘leprosy’, that for they had been directed there during the decade of 1940 of obligatory form. This type of measure is praised during the period Vargas as form to safeguard the "healthy race", and therefore it aimed at the isolation of the sick persons. By opting to the confinement as prophylaxis form, mechanisms, such as radio, theater, cinema, carnival blocks, and other cultural productions had been created, aiming at the permanence of the intern in the Colony. It is on these ‘strategies to discipline’ and the ‘tactics’ produced by the interns, that this work if considers to treat.

Keywords: illness- cultural productions – social politics.

O papel ditatorial exercido pelo Estado Vargas, até a década de 1940 no Brasil, foi elementar para a adoção de políticas segregacionistas no âmbito da saúde pública. Para um melhor entendimento desta política, basta dizer que os modelos adotados no sentido de aperfeiçoar a “saúde da nação” consistiram em exterminar, se não literalmente ao menos virtualmente, as moléstias sociais e seus portadores (LENHARO, 1986). A doença fora visada sob a ótica extremada do olhar médico científicista, fundamentado em concepções eugênicas, evolucionistas e “racistas”. Uma “raça sadia”, portanto, deveria sobrepor uma “raça doente” e parasitária (SCHWARCZ, 1995). Assim, um de seus alvos passou a ser a “lepra”¹, doença que

* Mestrando do curso de História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Utilizar-se-á as expressões lepra, leproso, mal de lázaro e lázaro neste trabalho por se tratar de denominações correntes durante o período estudado, muito embora se reconheça o valor estigmatizante destas palavras. Atualmente, a denominação utilizada para definir esta doença é hanseníase, e seus portadores hansenianos. Este

implicava em um risco permanente a saúde dos “trabalhadores”. Para saná-la a opção adotada foi a segregação, mediante o confinamento compulsório. Com este propósito, foi construído no Brasil, durante as décadas de 1930 e 1940, uma quantidade significativa de asilos-colônias, espaços que tinham por função “abrigar” os sujeitos que portassem o “mal de lázaro” (MATTOS, 2002).

Em Santa Catarina as mesmas medidas passaram a ser aplicadas em 1936 com a criação do Departamento de Saúde Pública, fundado no mês de novembro, e da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, em dezembro do mesmo ano. A atuação conjunta destas instituições permitiu que fossem identificados e fichados os possíveis portadores da “lepra”, para em seguida serem encaminhados para a Colônia Santa Teresa², espaço construído no município de São Pedro de Alcântara e destinado ao “cuidado” dos “lázaros” (MATTOS, 2002).

Fundada em 11 de março de 1940 a Colônia Santa Teresa tornou-se o “espaço social” dos “leprosos”, um lugar que reestruturou relações e assinalou referências. Seu aspecto funcional era o de uma pequena cidade, meio-cidade/meio-campo, instrumentalizada com mecanismos de sociabilidade como ruas, praça, igreja, campo de futebol, teatro, cinema, rádio local, blocos carnavalescos, como também com mecanismos políticos e econômicos como moeda interna, cartório, prefeitura, cadeia, dentre outros (SANTA CATARINA, 2002). Estes elementos de sociabilidade proporcionaram, em grande medida, a permanência dos internos no interior da colônia. Em particular, as produções culturais (teatro, cinema, rádio e carnaval), as quais tiveram um papel preponderante na manutenção institucional, muito embora passassem a ser (re)significados conforme as “invenções”, “usos” e “táticas” dos internos (CERTEAU, 1994).

Fantasmagorias do moderno: Rádio, Cinema e Teatro.

Embalado pelas canções de Vicente Celestino, Emilinha Borba e outros famosos artistas da Rádio Nacional, a Rádio Difusora Santa Teresa transmitia em ondas médias as melodias do “mundo de fora”. Na chamada de abertura anunciava: “Neste Horário vai ao ar a Rádio Difusora Santa Teresa, atuando na frequência de 1140 quilohertz, emissora

nome é uma referência a Armauer Hansen, norueguês que descobriu em 1872 o bacilo causador da moléstia.

² Algumas denominações foram utilizadas durante a década de 1940 para o atual Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária, tais como Leprosário e Colônia. Utilizar-se-á aqui as duas últimas, já que ambas as denominações remetem ao período estudado. Mas, como referência de fontes será utilizada a abreviação de seu nome atual: HSTDS – Hospital Santa Teresa de Dermatologia Sanitária.

supervisionada pelos Departamentos de Saúde Pública e Educação, com seus estúdios instalados no Grupo Escolar Anita Garibaldi” (HSTDS, 2005).³ Todos os dias este anúncio ecoava na Colônia por intermédio do “Boca Negra”, um alto-falante preto afixado em um poste na Rua dos Namorados⁴, dando início assim as programações diárias.

Para os que nessa época (início da década de 1940) ainda não ousassem fugir, as programações diárias ofereciam atrativos, que por vezes poderiam significar um alento às atribulações de uma vida em confinamento. Um “conforto espiritual” para os que na fé encontravam um válido amparo. Às seis horas da tarde, ia ao ar “A Hora do Ângelus”, uma programação religiosa cristã também conhecida como “A Hora da Ave Maria”, um momento dedicado à oração dos fiéis, tendo-se em seguida a “Transmissão da Missa” (HSTDS, 2005)

Outras programações, por sua vez, embalavam os corações das “moças” e “rapazes” da colônia. Neste sentido, os “Oferecimentos Musicais” e as novelas da Nacional eram os veículos sonoros por onde se impulsionavam os desejos e se moviam as paixões. Segundo I.M.S., interna remanescente da década de 1940,

(...) o diretor ligava o rádio na Nacional, lá na Administração, pra gente escutar a novela. Mas como tinha muita gente, muito barulho de noite, assim, eles cantavam e tocavam gaita por essas áreas aí, então a gente ia pra cima do morro. Pegava um grupo de gurias assim, e ia lá pro morro, porque daí o som ia melhor. A gente ouvia melhor (2006)

Por este relato, pode-se ter uma vaga noção de como as programações da rádio tinham uma boa receptividade por parte do público feminino. Ao que parece as novelas, em especial, eram motivo de atenção redobrada, haja vista o empenho que as “moças” faziam para poder ouvi-las.

Complementando estas “atrações culturais”, construiu-se no início da década de 1940 um espaço cultural denominado Teatro Teresa Ramos. Neste espaço confrontavam-se duas acomodações distintas: o Teatro e o Cassino. No que diz respeito à primeira, no espaço destinado ao proscênio, instalou-se uma grande tela branca para as corriqueiras sessões de cinema ou matinê. Segundo nos informa I.M.S., as primeiras reproduções do cinematógrafo foram reproduzidas na parede do refeitório, no lado de fora.

³ Segundo informações dos internos, a rádio possuía sua sede no prédio da Administração e seria controlada pelo diretor Adalberto Tolentino de Carvalho. Possivelmente isso deva ter ocorrido durante a década de 1940. Como não possuímos uma referência datada deste anúncio diário, é muito provável que ele pertença a um período posterior a gestão do diretor Tolentino, já que a sede do estúdio indicada no anúncio seria no Grupo Escolar Anita Garibaldi. De qualquer forma, nos valemos desta citação como recurso narrativo, não levando em conta problemas de ordem anacrônica, já que admitimos a possibilidade dela estar descolada de seu contexto temporal.

⁴ A denominação oficial é Avenida Getúlio Vargas.

Eles passavam os filmes naquelas paredes do refeitório. Ali mesmo. Depois eles construíram o Teatro, junto com o Cassino. Tinha aquela tela bem grande, pro cinema. (...) A missa eles celebravam também no refeitório. Mas, quando eu cheguei, era lá na enfermaria (2006).

Neste mesmo espaço, antes do término das obras do Teatro Teresa Ramos, viria se apresentar, nada mais, nada menos, que o próprio Vicente Celestino. “Do Rio de Janeiro no começo vinha uns artistas que a gente escutava muito na Nacional. Veio aquele cantor, o Vicente Celestino, e mais outros. Era o tempo da Emilinha Borba, daquele Batista, daquilo tudo” (I.M.S., 2006). É interessante perceber, com isso, como a Colônia Santa Teresa acabou se tornando quase rota obrigatória para a passagem de grupos artísticos famosos que passassem por Florianópolis, tais como cantores e atores ligados a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Majoritariamente, os internos atribuem estas atrações produzidas na Colônia às iniciativas do Diretor Adalberto Tolentino de Carvalho: “Ele ia lá em baixo no Cine, pegava os filmes, vinha e trazia pra cá” (A.F., 2006) “Ele era um diretor muito bom, ele concordava tudo, não faltava nada pra nós, dava roupa, tecido pras fantasias, tinha bloco, tinha escola de samba, tinha de tudo, mas não pisasse no pé dele!” (I.M.S., 2006).

De qualquer forma, o que interessa perceber aqui é que tipo de relações eram produzidas em torno destas atividades culturais e que função prática estas atividades exerceram sobre os internos. Mais ainda, em que medida agiram como um mecanismo de controle “invisível” e de que forma os internos se utilizaram destes mecanismos, subvertendo a lógica disciplinar por meio do que Certeau chama de “táticas do cotidiano” (1994)? Este último aspecto será mais bem visualizado nos festejos de carnaval.

O que se constata, em parte, é um tipo de iniciativa por parte do diretor Adalberto Tolentino de Carvalho no intuito de promover um estado de “bem-estar social” e ao mesmo tempo uma procura por controle e disciplina dentro da instituição. Afinal, não seria de se duvidar que conflitos e fugas fossem algo recorrente na colônia, conforme os relatos e as fichas de assentamentos⁵ nos apontam.

De outro lado, percebe-se também que o espaço oficial para apresentações teatrais e cinema, reproduzia, em parte, uma espécie de “simulacro” dos matizes sociais de dentro da colônia. Ou seja, a própria distribuição do espaço interno do teatro Teresa Ramos apresentava claras divisões sociais. Nele, “Assistiam os internos e os funcionários. Mas os internos lá na galeria, lá em cima. De lá olhavam lá pra tela! E nós ficávamos lá em baixo. Na platéia lá em baixo. Vinha todo mundo ver. O Dr. Tolentino e todo mundo ia pra lá” (M.A.C., 2006).

⁵ Fichas que descreviam o histórico e a movimentação de cada interno dentro da colônia.

Nota-se, com isso, que apesar da confiança e proximidade que, em parte, a figura do diretor inspirava, muito dos distanciamentos que a própria situação de interno provocava, quando comparada ao mundo de fora, acabava se configurando em situações do cotidiano da própria colônia. Assim, as produções culturais se desenvolviam, demarcando limites e estabelecendo papéis.

Caindo na folia: o carnaval na Colônia (entre bebidas e fugas).

O dia-a-dia se acha semeado de maravilhas, escuma tão brilhante (...) como a dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e tornam a surgir.
(CERTEAU, 1994: 18)

A gente saía de noite, ia fugido pra ir dançar baile lá fora. Nós era novo. Não tinha ordem! Se eles soubessem... Mas nunca pegaram. Nós ia numa canoinha, atravessava o rio. O dono da casa pegava a gaitinha, tocava a gaita e nós a noite toda bebendo cachaça e dançando. Nós era novo, alguma coisa nós tinha que fazer (G.B., 2006)!

Ao contrário da luz delatora do dia, era a noite a cúmplice escolhida para velar os corpos que se esgueiravam pelas águas do rio Imaruim⁶. Estas saídas intermitentes eram cuidadosamente praticadas e propiciavam aos que nelas ousassem se aventurar um tipo de abertura dos espaços de atuação, delimitados pela instituição asilar. Se o regulamento institucional limitava a atuação dos internos em espaços culturais como o Teatro, o Cassino, a Avenida dos Namorados, dentre outros, a noite munida da “astúcia” de quem ousa era o palco privilegiado das ações táticas que operavam a abertura de novos espaços. Em outras palavras, por mais delimitado que pudesse parecer o espaço social dos internos, ele não era isento de “brechas e vãos” na estrutura institucional, o que propiciava aos internos fazer uso destas falhas, estendendo suas práticas culturais para fora da colônia.

Constata-se que apesar das práticas disciplinares existentes no interior da colônia, que por sua vez demarcavam os espaços e as condutas sociais, seus sujeitos não eram meros espectadores passivos de uma situação dada. Eles (ab)usavam de sua criatividade, praticando o que Michel de Certeau (1994: 42) chama de uma “anti-disciplina”. Estas fugas intermitentes, de que fala um dos depoentes, demonstram o quanto o interno se valia da astúcia para produzir “táticas” que lhes garantissem uma breve ruptura em seu cotidiano ordinário.

⁶ Rio que separa o interior da Colônia do lado de fora.

Também eram em épocas como as dos festejos de carnaval que a “criatividade tática” assumia tons mais vivos. Chegando os meses de fevereiro e março, a mobilização dos internos se dirigia para os preparativos finais do carnaval. A festividade ficava por conta dos blocos “Columbinas da Folia”; “As Tirolesas”; “Os Marujos”; “A Marinha vem aí” e outros mais, orquestrados pela fanfarra dos Malandros do Morro⁷ e outros. Em meio aos festejos, os mais “animados” coordenavam as incursões nos arredores, circunvizinhos da colônia, à procura de “algo mais” para complementar a festa.

Nós arrumava sempre uma caninha pra beber! Sempre arrumava em festa de carnaval, nessas festas assim. Nós saía pelo morro aqui, fugia daqui e ia comprar cachaça lá nas venda, lá fora! Era um medo dos guarda, medo! Daí voltava tomar aqui, por que se alguém visse e entregasse nós pros guarda aí ia preso! É que aqui só tinha cerveja e vinho, e nós queria era cana! Aquela que queima! Aquela braba (G.B., 2006)!

Débora Mattos (2005:149) sugere, baseada em um de seus relatos, que durante a época em que o internamento permaneceu como compulsório (1940-50) a ingestão de álcool pelos internos era proibida, “(...) uma vez que diminuía a eficácia do tratamento prescrito.” No entanto, se assim o era, deve-se ainda levar em consideração a menção do depoente sobre a presença de vinho e cerveja na Colônia (o que certamente corresponderia ao período das primeiras altas – por volta de 1950-3). Contudo, mesmo assim pode-se considerar que, se permitido, deveria haver critérios para a escolha dos que poderiam ingerir tais bebidas, não sendo todos os internos que poderiam gozar deste “privilégio”.

Apesar das bebidas alcoólicas permanecerem proibidas em 1946, no carnaval deste ano certamente houve muito o que comemorar. Os primeiros medicamentos, tais como a sulfona ou dapsona, já apareciam e junto a estas as primeiras saídas fortuitas, por intermédio das licenças, que eram dadas para os que apresentassem um quadro clínico estável em decorrência do bom resultado do tratamento. Provavelmente, a entrada de medicamentos, que viria garantir a paulatina saída dos internos durante os anos 1950, deva estar relacionada ao fim do Estado Novo e a conseqüente desinstitucionalização das políticas de saúde pública de caráter eugênico. Contudo, o que interessa indicar neste momento é como a entrada dos medicamentos pôde proporcionar uma abertura gradativa do sistema de confinamento compulsório. Abertura, que só se daria definitivamente com a aprovação da Lei 1.045 de 1950

⁷ O primeiro registro da banda é uma fotografia de 1946.

(HSTDS)⁸, a qual previa alta para os hansenianos internados que apresentassem melhora em seu quadro clínico.

Considerações Finais

A iniciativa conjunta do Estado Vargas, junto a suas instituições, no sentido de afastar os portadores da “lepra” do vínculo social aberto, reafirmou o estigma e a segregação social destes sujeitos. Muito embora, os esforços destas pessoas tenham se destacado para, senão ultrapassar, ao menos enfraquecer os mecanismos forjados para seu efetivo confinamento, os resultados estruturais certamente foram mínimos. Não impediram que a política do confinamento perdurasse ao longo de dez anos.

Contudo, a partir da entrada dos primeiros medicamentos em 1946 se constata o primeiro sinal de abertura do espaço clínico, através das licenças, como mencionado anteriormente. Isso traria consigo uma lenta alteração nas perspectivas dos internos, que só seriam materializadas após a aplicação da Lei 1.045 de 1950.

Com a abertura, a partir de 1952, muitos internos passaram lentamente a se despedir da Colônia, fazendo assim com que um novo processo se anunciasse: o de reinserção a “sociedade sadia”. Para muitos, este processo não duraria muito, haja vista que estes internos retornariam, por conta das inúmeras dificuldades encontradas. Fundamentalmente, por conta da dissolução de seus antigos laços familiares, da intercorrência da doença (em casos onde a doença se encontrava em estágio mais avançado) e da dificuldade de sobrevivência fora dos moldes estabelecidos pela vida na colônia.

⁸ “Em 1950 a Lei Federal dispõe sobre a “concessão de alta aos doentes de lepra” e admite a suspensão, temporária ou definitiva, das exigências prescritas pelas leis e regulamentos da profilaxia da lepra, em vigor. A Lei 1.045 foi seguida por outros documentos legais e normativos que dispunham sobre a profilaxia e tratamento da lepra, nos quais a segregação é progressivamente substituída por ações que perseguem a reintegração do leproso.” (ORNELLAS, 1997: 82)

Bibliografia:

- A.F.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOSPITAL SANTA TERESA DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA. Museu. *Informativo Rádio Santa Teresa*. São Pedro de Alcântara: 2005.
- _____. Setor de Arquivamento Médico e Estatístico. *Ficha social e de assentamento*. N° []. São Pedro de Alcântara.
- G.B.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.
- I.M.S.: *Depoimento* [25 mar. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.
- LENHARO, A. *Sacralização da política*. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- M.A.C.: *Depoimento* [04 fev. 2006]. Entrevistador R. Vaz. Florianópolis: Acervo Pessoal, 2006. 1 fita K7 (60 min.). ¾ pps estéreo. Entrevista concedida a Rafael Araldi Vaz.
- MATTOS, D. M. *Fora do arraial: hanseníase e instituições asilares em Santa Catarina (1940-1950)*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2002.
- ORNELLAS, C.P. *O paciente excluído: história e crítica das práticas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- SANTA CATARINA. *Revista de propaganda do Estado e dos Municípios*. N.1, 1939. Edição Facsimilada. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.
- SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.